

Ambiente digital como possibilidade para o exercício da contra-hegemonia: Jornalistas Livres, transmissões ao vivo e #GreveGeral

Iluska Coutinho¹

Caroline Marino²

Resumo

A internet e as redes sociais seriam espaço de exercício do direito à comunicação em meios que poderiam ser compreendidos como contra-mídia-hegemônica? Em busca de uma resposta à essa questão, o trabalho lança luz sob as potencialidades do ambiente digital para o exercício da contra-hegemonia a partir de outros olhares e iniciativas que emergem neste cenário. O objetivo é entender de que maneira um coletivo de mídia independente pode se apropriar das possibilidades do ambiente digital para realizar narrativas que caminham na direção contrária ao que é característico de uma mídia hegemônica. A análise empreendida nesse texto tem como foco as transmissões ao vivo realizadas pelo coletivo Jornalistas Livres, na data em que aconteceram paralisações contra reformas trabalhistas, convocadas por entidades sindicais e movimentos sociais como Greve Geral. Por meio da análise da materialidade audiovisual, o enfoque se dá em quatro momentos ao longo do dia referido.

Palavras-chave: Comunicação contra-hegemônica; Narrativas em rede; Narrativas Audiovisuais.

¹ Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, email: iluskac@globo.com.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, email: carolinemarinop5@gmail.com.

Abstract

Could the internet and social networks be a space to exercise of the right to communicate as a counter-hegemonic media? In search of an answer to this question, the work looks on the potential of the digital environment for the exercise of counter-hegemony from other perspectives and initiatives that emerge in this scenario. The goal is to understand how an collective independent media can appropriate the possibilities of the digital environment to narrate in new directions, different and diverse from a hegemonic media. The analysis undertaken in this text focuses on the live broadcasts carried out by Jornalistas Livres on april, 28th, General Strike day, a mobilization movement against reforms organized in Brazil by trade unions and social movements. Four moments throughout the day was the empirical object of the analysis of audiovisual materiality.

Keywords: Non-hegemonic communication; network narratives; audiovisual narratives

Introdução

A internet e o ciberespaço são caracterizados por uma descentralização capaz de multiplicar as fontes de emissão, as interações entre usuários e a disponibilização de diversos tipos de conteúdos, sejam textos, sons ou imagens. Como aponta Denis de Moraes (2007), uma particularidade desta rede mundial é a variedade de formas de uso e apropriações, permitindo a difusão e produção de experiências informativas de caráter contra-hegemônico.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a emergência de formas alternativas de comunicação em rede. Geralmente estas iniciativas não visam o lucro (diferentemente da mídia hegemônica), defendem a democracia da comunicação e procuram romper com práticas adotadas pela imprensa tradicional, constituindo-se como alternativas que caminham na contramão de um cenário monopolizado por grandes conglomerados de mídia. Este trabalho pretende debruçar-se sobre os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia para entender quais seriam os compromissos de uma mídia contra-hegemônica, além de pensar as potencialidades do ambiente digital para a circulação de narrativas com este viés.

Para avaliar como um coletivo de mídia independente se apropria destas redes para exercer (ou não) a contra-hegemonia, apresentamos um estudo empírico, assim como a metodologia de pesquisa quali-quantitativa desenvolvida no âmbito do Laboratório

de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, a Análise da Materialidade Audiovisual. A partir de seus procedimentos metodológicos, foi realizada a análise de *Live Streamings* transmitidas pelos Jornalistas Livres no dia da #GreveGeral, que aconteceu em 28 de abril de 2017.

Ao longo do dia, o coletivo—que atua sobretudo com narrativas audiovisuais no ciberespaço— fez diversas transmissões ao vivo compartilhando informações sobre a movimentação que se estendia pelo país. A análise foca em quatro momentos diferentes. O primeiro é uma *live* transmitida na madrugada de sexta-feira (28) que dá início à greve, por volta de uma da manhã. Em seguida, tem-se a transmissão realizada bem cedo, às sete da manhã antes do início dos protestos. A terceira *live* acontece na parte da tarde, em uma concentração em São Paulo. E, por fim, mais uma realizada à noite, quando os manifestantes caminhavam para o encerramento do movimento. O intuito é concentrar o olhar nessas práticas realizadas ao longo do dia. Entende-se que os momentos escolhidos para análise dariam conta de traçar um panorama da cobertura realizada durante o dia inteiro, já que o primeiro ocorre pela madrugada e o último à noite. Busca-se compreender em que medida estas narrativas e fluxos de informações caminham na direção do que compreendemos como iniciativas contra-hegemônicas.

32

Mídia econtra-hegemonia

A palavra hegemonia vem do grego *hêgemôn*, que quer dizer líder. De acordo com a definição do Dicionário Aurélio, significa preponderância; supremacia. Ao tratar do conceito, desenvolvido pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, Dênis de Moraes (2010) salienta que a noção de hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança de classes sobre as outras. Para o autor, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, uma vez que:

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. (MORAES, 2010, p.55)

Para além dos meios de produção material e intelectual, Rodrigo Dantas (2008) salienta que uma classe social dominante controla também as condições objetivas e

subjetivas. De acordo com Dantas, são as ideias e representações desta classe que organizam as estruturas de uma sociedade, uma vez que ela reúne os meios essenciais que a tornam o poder material, espiritual e político hegemônico. Para o autor, as classes subordinadas tendem a interiorizar essas práticas.

Não se trata aqui apenas de que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios da produção e da circulação de ideias esteja submetido às representações dominantes, trata-se também de que aqueles que se acham submetidos às práticas e relações sociais que lhes são ininterruptamente representadas na forma de ideias e representações dominantes, na mesma medida, a interiorizar essas práticas e as ideias que lhes correspondem como condições de sua existência socialmente determinada e de sua adaptação à ordem social em que se acham inseridos de forma subordinada (DANTAS, 2008, p. 93).

Ao tratar da experiência audiovisual uruguaia, Ana Inés Garaza apropria-se do conceito de Gramsci e afirma que é na sociedade civil que se decide a hegemonia. É nesse âmbito que se elabora e difunde a ideologia e se legitimam instituições, assim como manifestações da linguagem e a arte, que atuam como um complexo sistema de expressão dos valores que dão forma a um tipo de sociedade determinada, entrelaçando forças políticas e culturais (GARAZA, 2015, p. 6).

Ao debruçar-se sobre a relação entre mídia e hegemonia, Allana Meirelles Vieira(2016), em dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais (UFJF), afirma que a disputa pelo monopólio de órgão de opinião pública –entendido por Gramsci como jornais e associações– pode ser observada no Brasil, onde o jornalismo e a mídia ocupam um papel central.

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI *apud* MEIRELLES VIEIRA, 2016, p.40).

No Brasil a maioria das empresas de comunicação pertence a entidades privadas, com a radiodifusão aberta concentrada em oligopólios. Neste contexto, poucas empresas de comunicação se estruturaram como hegemônicas. A televisão e, conseqüentemente, os telejornais, sobretudo, se instauram como “forma preferencial de acesso à informação em um país marcado pela oralidade e, durante muitos anos, pela crença nas imagens e sons

veiculados em edições de noticiários” (COUTINHO, 2013, p. 01). Como as grandes emissoras de TVs são empresas de exploração comercial, acabam por privilegiar os interesses econômicos, uma vez que são guiadas pela lógica do lucro e da audiência. Esta tradição de loteamento do espaço público pela atividade privada é prejudicial para o exercício pleno da democracia. De acordo com Danilo Rothberg (2011), quando emissoras abertas são tidas como meio de lucro, sua função como concessão pública fica a mercê da exploração comercial onde o público é visto como consumidor e não cidadão.

Neste cenário de monopólio e interesses privados é que são disseminados os discursos hegemônicos. Garaza afirma que, por isso, é relevante também pensar nos meios de comunicação enquanto espaços nos quais o poder simbólico é criado e reproduzido. “O monopólio privado dos meios de comunicação conseguiu legitimar um discurso hegemônico diluindo as contradições estruturais de classe e conciliando interesses opostos, através de uma articulação forçosamente apresentada” (GARAZA, 2015, p. 6). A autora (2015, p.13) salienta que nas práticas de comunicação dos meios tradicionais os discursos de organizações sociais têm permanecido por muito tempo, excluídos. Em consequência, os discursos dominantes se legitimam na cena pública.

Raquel Paiva (2008) rememora que “hegemônico” é conhecido vulgarmente como algo que vigora de maneira totalizadora e ditatorial, todavia, este pensamento popular não condiz com o significado político e filosófico do termo. Ao compreender o conceito com base no entendimento gramsciano, a hegemonia é caracterizada sim por uma postura totalizante e generalizada, mas que se dá com o consentimento dos demais – estabelece-se um consenso entre as classes. Segundo Moraes, tal consenso atravessa e condiciona a produção simbólica nos meios de comunicação, “interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade” (MORAES, 2010, p. 54).

Entretanto, este consenso não é isento de resistências, conflitos e movimentações. Atrelada à noção de hegemonia, encontra-se a ideia de contra-hegemonia. Segundo Raquel Paiva, compreender o sentido do termo não é tão simples. É possível o entendimento de que seria a transposição ou substituição de forças. Contudo, algo contra-hegemônico não pretende ser um mero substitutivo da classe dominante. Para a autora, é no entendimento de que a palavra “contra” define-se pela oposição– e não por “um mero revezamento de forças contraditórias” –que reside a compreensão daquilo que pauta ideologicamente o conceito de contra-hegemonia.

A radicalidade do que pode se configurar como contra-hegemonia talvez resida no fato de não se desejar nunca o lugar de sujeito hegemônico, no fato de a contra-hegemonia se orientar por uma razão fundamental que se configure de modo contrário e oposto à hegemonia (PAIVA, 2008, p. 165).

De acordo com Paiva, o papel fundamental de uma movimentação contra-hegemônica é o de proporcionar novas formas de reflexões, cujo objetivo seria alforriar consciências. Se as bases são diferentes dessas, a iniciativa é o que a autora chama de *pró-hegemônica*. “Trata-se de um mero procedimento substitutivo, com aparências popularescas de postura contra-hegemônicas, mas que se entende melhor como consolidação da hegemonia de Estado ou como uma *pró-hegemonia*” (PAIVA, 2008, p. 164).

Os espaços para o desenvolvimento de narrativas contra-hegemônicas devem desenvolver produtos comunicacionais cujos protagonistas são o próprio povo e/ou organizações e pessoas ligadas organicamente a ele. Para que haja espaço onde vozes silenciadas possam ecoar, a autora afirma que é importante pensar em meios de comunicação próprios. “Na medida em que as organizações sociais criam seus próprios meios de comunicação tornam-se capazes de construir novas visibilidades, perspectivas e formas de dar sentido à organização da sociedade” (GARAÇA, 2015, p. 7).

Assim os meios ditos da “contra-mídia-hegemônica”, como classificou Raquel Paiva (2008), se configuram em espaços de resistência aos grupos dominantes, cujo objetivo se baseia na disseminação de informação contraditória, sem almejar uma simples substituição na ocupação do lugar hegemônico. Este tipo de comunicação é defendido por Peruzzo (1998) como um espaço democrático, vinculado aos interesses de segmentos subalternos da sociedade.

Isto evidencia-se nos fatos de ela: significar a abertura de novos canais para segmentos sociais, sem garantia de acesso aos meios massivos para expor suas ideias e suas reivindicações; ser portadora de uma nuance democrática por transmitir informações a partir das bases; ser construída pelo ambiente onde se situa e ajudar a construí-lo; participar na manifestação dos conflitos entre as classes sociais nos campos dos interesses e da hegemonia (PERUZZO, 1998, p. 126).

Se, por um lado, a mídia hegemônica se apoia em ambições econômicas, esses meios alternativos se estruturam a partir da busca por novas possibilidades narrativas. É

por meio de iniciativas de mídias contra-hegemônicas que vozes antes não ouvidas são disseminadas, visto que se caracterizam como um espaço no qual há –ou deveria haver– a busca por uma comunicação democrática. Peruzzo (2008) entende os meios de comunicação alternativos como aqueles em que ocorre uma comunicação livre, que se pauta pela desvinculação com qualquer tipo de interesses, seja governamental empresarial, comercial e/ou político-conservador.

Denis de Moraes (2007) defende a ideia de alternatividade como uma dupla inserção ideológica do projeto comunicacional. Alinhando-se com processos de mudança social e combatendo sistematicamente o sistema hegemônico. “Pressupõe assumir visões transformadoras na relação com os leitores e sociedade em geral, nos métodos de gestão, nas formas de financiamento e, sobretudo, na interpretação dos fatos sociais” (MORAES, 2007, p. 4).

No início deste século houve uma retomada crescente desse tipo de iniciativas incorporando novos formatos e canais de difusão possibilitados pelas novas tecnologias. Devido às transformações ocorridas na sociedade, as possibilidades de contra-hegemonia no campo da comunicação se atualizaram e assumiram novas feições e formas de ativismo.

36

Narrativas em rede: Possibilidades no ambiente digital

Vivemos tempos novos e promissores, nos quais a mídia hegemônica não é a única a narrar acontecimentos relevantes à população, ou ao menos a uma parte dela. As narrativas das ruas chegam às redes e contribuem para o aprimoramento da qualidade de informação no país. Este capítulo lança luz sob as potencialidades do ambiente digital para o exercício da contra-hegemonia a partir de tantos outros olhares e iniciativas que emergem nesse cenário.

A Internet e as redes sociais abrem espaço para a atuação de novas mídias alternativas, que encontram na web espaço para reprodução de conteúdos produzidos de maneira coletiva e independente. Hoje o mundo está midiaticizado, segundo afirma Bia Martins em seu artigo ‘Somos Todos Mídia’ (2013). A autora aponta que está em curso uma mudança que chega com força na esfera de imprensa no Brasil na qual sua credibilidade entraria em questionamento, com a necessidade de novas respostas e dinâmicas no funcionamento das mídias jornalísticas.

É preciso reconhecer que a circulação de notícias e opiniões mudou radicalmente e para sempre. Hoje todos somos mídia. Com nossos smartphones podemos registrar os acontecimentos e transmiti-los em tempo real, contribuindo com a construção da opinião pública de forma muito mais plural e diversificada (MARTINS, 2013).

Muniz Sodré vai além desta ideia ao afirmar que não apenas somos todos mídia, bem como “a mídia sou eu” (2009, p. 106). Ele salienta que com a possibilidade do ambiente digital, o usuário se redefine como uma mídia individualizada e classifica este fenômeno como uma oportunidade inédita. Para o autor, um dos pontos básicos dessa nova lógica é a subversão do modelo tradicional, em que os fatos eram selecionados e transmitidos por uma corporação a um receptor passivo. Com a Internet e TICs (tecnologias de informação e comunicação), entretanto, esse receptor se desloca para o papel de usuário ativo.

Com o advento da Internet, haveria a possibilidade de existência do que Castells (2001) considera uma forma de comunicação horizontal, não controlada e relativamente barata, com fluxos diversos. O autor defende que o ambiente digital é um meio de interação e organização social sobre o qual se baseia a sociedade atual. Ele denomina este fenômeno de “sociedade em rede”. A partir do estabelecimento desse tipo de sociedade, gera-se uma expansão de redes horizontais de comunicação independentes do negócio das mídias tradicionais e de governos. Segundo Castells, isso permite a difusão daquilo que ele chamou de “comunicação de massa autocomandada”³. Castells ainda salienta que com a expansão de blogues, vlogues, *streaming* e demais formas interativas por meio da Internet, criou-se um novo sistema de comunicação em que, pela primeira vez na história, permitiu-se que as pessoas se comuniquem umas com as outras “sem utilizar os canais criados pelas instituições da sociedade para a comunicação socializante” (CASTELLS, 2005, p. 28).

Pierre Lévy é outro autor que acredita que a participação democrática e as formas de ação política foram redefinidas pela era digital. Ele salienta que organizações abertas,

³ O autor explica que o conceito de “comunicação de massa autocomandada” afirmando que: “É comunicação de massas porque é difundida em toda a Internet, podendo potencialmente chegar a todo o planeta. É autocomandada porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, por eles próprios, sem a mediação do sistema de mídia” (CASTELLS, 2005, p. 24).

horizontais e dinâmicas, como é o caso da Internet, causaram uma revolução contemporânea em matéria de comunicação. Entusiasta do ciberespaço, o autor acredita que o advento da internet possibilitou um “espaço para todo o mundo, todas as culturas, todas as singularidades, ilimitadamente” (1998, p. 48). Lévy salienta que no mesmo universo que acolhe produções de grandes empresas, também é possível se deparar com vídeos propostos por amadores, jornalistas alternativos, atores políticos, sociais e culturais diversos. Para o autor isto abre um leque de opções informativas para os internautas e possibilita uma maior autonomia na hora de consumir e difundir conteúdos comunicacionais. Lara Linha lis Guimarães, por sua vez, acredita que estes novos arranjos imbuídos de uma consciência contra-hegemônica e apoiados pelas redes tecnológicas “nos permitem vislumbrar, numa mirada utópica, o surgimento de lógicas diferenciadas que reagregam o social a partir de devires minoritários” (GUIMARÃES, 2016, p. 44).

Apesar das possibilidades tecnológicas tornarem a internet um meio de baixo custo operacional, o custo de acesso ainda é alto. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, a maioria dos brasileiros ainda não tem acesso à rede mundial de computadores, mas praticamente a metade, 48%, já utiliza internet. E entre estes internautas, 92% estão conectados por meio de redes sociais, sendo as mais utilizadas o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o Youtube (17%). Apesar de esses dados significarem que há uma potencialidade de compartilhamento de informações por meio dessas novas redes, não se pode cair nos extremismos da discussão sobre seu caráter democrático.

Ainda que com as ponderações dos limites de alcance das TICs, é válido discutir como as essas novas tecnologias contribuem para tantas outras formas de comunicar. Ainda que em menor escala, se comparado à televisão, a internet possibilita a atuação de veículos de mídia alternativos e a distribuição de seus conteúdos para muitos que estão conectados. Canuto (2012) afirma que atualmente a Internet se configura como uma plataforma eficaz e o principal instrumento para a atuação destas mídias, uma vez que o “ecossistema digital”, descentralizado, de utilização simultânea e múltiplos emissores, permite uma variedade de usos e experiências de produção e difusão de conteúdos diferenciados e alternativos à mídia pragmática” (CANUTO, 2012, p. 9).

Considerando o panorama brasileiro atual, diversos movimentos utilizam e se apropriam das mídias digitais e da plataforma da web para se organizar e comunicar.

Atualmente há um uso crescente das redes como meio de difundir informação por jornalistas, ativistas políticos e, até mesmo, cidadãos comuns. Há diversos perfis em redes sociais, como Facebook e Youtube, que se dedicam exclusivamente a produções jornalísticas independentes, que não visam o lucro e se apresentam como uma alternativa ao modelo tradicional das grandes emissoras de televisão. Tais práticas tensionam o cenário de mídia tradicional a partir de novas narrativas e formatos.

A transmissão descentralizada, a instantaneidade, o baixo custo e a autonomia frente às condutas ideológicas e mercadológicas da mídia hegemônica são, para Denis de Moraes (2007), alguns dos benefícios da web. Para o autor, esse tipo de comunicação em rede possibilita atividades e conhecimentos voltados à elaboração, à distribuição e à permuta de notícias, artigos e produções audiovisuais. Com a utilização de softwares livres e gratuitos, organizações e coletivos de jornalistas têm a possibilidade de adotar metodologias colaborativas.

Como aponta Moraes, as propostas desse tipo de comunicação cooperativa baseiam-se em trabalhos voluntários e militantes de redação, edição e atualização de páginas, organização de bases de dados, montagem e na manutenção de redes, caminhando na direção contrária de motivações lucrativas. Esbarram, até, em limitações financeiras. O financiamento costuma se dar a partir de campanhas de arrecadação coletiva, doações e eventuais ajudas com finalidades não-comerciais. Como é o caso do coletivo Jornalistas Livres, objeto empírico de pesquisa deste trabalho.

39

Jornalistas Livres e a luta por narrativas contra-hegemônicas

O coletivo Jornalistas Livres surgiu no dia 12 de março de 2015, com a proposta de realizar uma cobertura das manifestações que aconteceram entre os dias 13 e 15 daquele mês. Em entrevista ao programa semanal da TV Brasil, Caminhos da Reportagem, cujo tema foi “Novas mídias: das ruas à rede”, a jornalista e integrante dos Jornalistas Livres, Maria Carolina Trevisan, explicou que a iniciativa surgiu da vontade de alguns profissionais de comunicação em fazer uma cobertura dessas manifestações de maneira diferente da veiculada pela mídia hegemônica e “que fosse no chão, no meio do público. Para saber exatamente quais eram as pautas que estavam sendo demandadas ali”. E, desde então, atua com produções de conteúdos jornalísticos para as redes sociais.

O coletivo se define como uma mídia democrática, plural, em rede, pela diversidade e defesa implacável dos direitos humanos e age “por espírito público, jamais

por interesses privados” (JORNALISTAS LIVRES, 2015). Nesse sentido, em julho do ano passado, o coletivo buscou financiamento através de *crowdfunding*⁴. A rede conseguiu arrecadar R\$ 132.730 com a Campanha “Seja Jornalista Livre”⁵ criada por meio da plataforma de financiamento coletivo Catarse, e contou com 1327 apoiadores num período de 45 dias. O que, de acordo com texto publicado⁶ pelo Mídia Ninja, foi o maior financiamento coletivo do jornalismo brasileiro.

O valor arrecadado custeia uma sede do coletivo em São Paulo, equipamentos, cobertura de pautas específicas e entre outras coisas, um site para veicular as reportagens produzidas em rede. A ideia de trabalho do coletivo se baseia na “colaboração entre todos os comunicadores que defendem e lutam pela ampliação da democracia brasileira” (JORNALISTAS LIVRES, 2015). Dentre os colaboradores estão, artistas, jornalistas, repórteres, editores, fotógrafos e cinegrafistas, que atuam de forma voluntária. O desafio é constituir uma imprensa independente, inclusiva, crítica, pluralista de verdade, desafiadora dos clichês e preconceitos. Para divulgar os conteúdos a Rede está presente em diversas plataformas digitais e atua com diferentes linguagens; textos, vídeos e imagens. Na página do Facebook, são mais de 780 mil *likes* na rede social para compartilhamento de vídeos, *Youtube*, o coletivo reúne mais de dois milhões de visualizações.

Segundo manifesto⁷ divulgado pelo coletivo, um de seus objetivos é a democratização da informação, contra a ditadura de pensamento único instalada dentro de redações convencionais. Além disso, todas as pautas são voltadas para a defesa dos direitos humanos, interesse público e inserção do cidadão na narrativa.

⁴ *Crowdfunding* é financiamento coletivo. Uma forma inovadora de tirar projetos do papel com arrecadação de fundos através da internet.

⁵ <http://www.catarse.me/jornalistaslivres>

⁶ Formas quentes de financiar sua mídia independente. Disponível em: <https://medium.com/@MidiaNINJA/7-formas-quentes-de-financiar-sua-m%C3%ADdia-independente-af15cbc3d81f#.ri26pi4rf>

⁷ Nós somos @s #JornalistasLivres. Quem Somos nós? Disponível em: <https://medium.com/jornalistas-livres/n%C3%B3s-somos-s-jornalistaslivres-651d193d664#.t7ba806xh>

A matéria-prima de nossas reportagens é HUMANA. Almejamos um jornalismo humano, humanizado e humanizador, ancorado principalmente em personagens da vida real (não só em estatísticas), na frondosa diversidade da vida dentro da floresta (não à distância robocop das tomadas aéreas panorâmicas), na fortuna das histórias (não dos cifrões) (JORNALISTAS LIVRES, 2015).

O coletivo afirma que seu desafio é construir uma mídia apartidária, mas não imparcial. Há um lado, o das minorias e movimentos sociais. “Entre a defesa dos apartamentos de luxo cercados por seguranças e o lado dos movimentos de moradia, não temos dúvida: estamos com os movimentos de moradia” (JORNALISTAS LIVRES 2015).

Há mais de dois anos em atuação, o coletivo já produziu matérias e realizou coberturas de diversos acontecimentos pelo Brasil, motivado pela realização de uma contra-narrativa ao que é veiculado pela mídia hegemônica. O coletivo é caracterizado por priorizar pautas que dizem respeito à luta dos movimentos sociais. A maioria dos vídeos é realizada durante atos e manifestações organizadas por estes movimentos. Como observado em pesquisas que realizamos ao longo do ano de 2016, cujo resultado se deu em forma da monografia ‘Jornalismo independente e comunicação pública: Análise da cobertura Audiovisual da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff pela Rede Jornalistas Livres’, apresentada ao curso de Jornalismo como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel, em dezembro do mesmo ano.

Neste trabalho o foco da análise se dá em uma data específica, o dia 28 de abril de 2017. A data ficou conhecida quando diversos setores sociais aderiram a uma greve geral, quase 100 anos após a primeira da história do Brasil, ocorrida em julho de 1917. As movimentações, que levaram milhares de pessoas às principais avenidas do país, ocorreram em resposta ao pacote de medidas lançadas pelo Governo de Michel Temer, com especial foco na reforma trabalhista e da Previdência. Tais propostas e as consequências da greve ainda estão em curso até o momento em que foi desenvolvido este trabalho.

#AOVIVO #GreveGeral: Cobertura em *Live Streaming* do dia 28/04/2017

Por meio de uma cobertura especial ao longo de todo o dia, as redes sociais e o site do coletivo foram alimentados com conteúdos e coberturas a respeito dos atos que

aconteciam ao redor do Brasil. Entretanto, a análise vai focar em *Live Streamings* realizadas através da página dos Jornalistas Livres no Facebook. Em um dos vídeos a jornalista e idealizadora do coletivo, Laura Capriglione, afirma que a ideia era entrar com transmissões ao vivo de uma em uma hora, atualizando os internautas. A proposta de análise deste trabalho é concentrar-se em quatro transmissões em momentos diferentes. Uma realizada na madrugada de sexta-feira (dia 28), quando se inicia a greve. Outra logo pela manhã, por volta de 7h. Uma no fim da tarde, quando as manifestações se concentram no Largo da Batata, em São Paulo. E, por fim, à noite, quando os manifestantes caminham em direção à casa do presidente Michel Temer. Assim, esperamos traçar uma análise que busca ser a síntese das narrativas veiculadas pelo coletivo ao longo de um dia inteiro, começando pela madrugada e terminando à noite.

Por meio de uma metodologia desenvolvida no âmbito do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, denominada Análise da Materialidade Audiovisual— que toma como objeto de avaliação a unidade texto+som+imagem+tempo+edição—, a ideia é perceber de que maneira este coletivo se apropria das possibilidades em rede para exercer a contra-hegemonia. Coutinho (2016) explica que essa proposta metodológica envolve inicialmente a identificação do objeto empírico e o estabelecimento de eixos de avaliação, tendo em vista as questões da pesquisa, o referencial teórico e, até mesmo, os elementos paratextuais que compõem a narrativa. “Nesse sentido, antes de realizar a etapa da análise propriamente dita é importante (re)conhecer quais os sentidos propostos por determinado programa ou produto audiovisual quer para seu público, quer para a própria mídia (canal ou suporte) onde este se inscreve” (COUTINHO, 2016, p. 11). Conforme a autora, na medida em que são estabelecidos os eixos de avaliação, é necessário reconhecer e explicitar as promessas do produto audiovisual em questão. Isso pode contribuir para o desenho da análise e interpretações de eventuais fluxos relacionados à experiência de circulação e consumo daquele material audiovisual.

Seguindo essa proposta metodológica, tendo em vista a proposta de avaliar em que medida a atuação do coletivo exerce (ou não) a contra-hegemonia, foram estabelecidos quatro eixos de avaliação. Por entender que, para o exercício pleno do jornalismo numa sociedade democrática, é preciso prezar pela pluralidade de vozes e pela diversidade nos espaços midiáticos dois eixos de avaliação são: *Pluralismo* e *Diversidade*. Segundo Lara Guimarães, “Quantas mais vozes plurais tenham a

possibilidade de ecoar nos diversos meios de comunicação, mais a democracia irá democratizar-te” (GUIMARÃES, 2013, p. 261-262). Sendo assim, diferentes perspectivas e visões de mundo devem estar disponíveis e é essa pluralidade que caracteriza a informação adequada. Uma mídia que se diz contra-hegemônica tem o dever de prezar por estes princípios, uma vez que em soluções puramente baseadas no mercado –como no caso da mídia hegemônica brasileira– exista menos probabilidade de existência de um caráter plural e diverso (ROTHBERG, 2011, p. 32).

As duas últimas categorias para avaliação são: *Estímulo à Participação* –em que medida as narrativas contra-hegemônicas estimulam o espectador/usuário a participar ativamente, ao contrário da mídia hegemônica que tem seus espectadores como consumidores passivos? –e *Narrativa Audiovisual*, para tentar avaliar como se dá a inovação nos formatos e uso dos sons e imagens destas contra-narrativas. A partir disso foi montada uma ficha de leitura/avaliação a ser preenchida a cada vídeo.

A primeira transmissão ao vivo analisada foi uma das que deu início à cobertura audiovisual do dia 28 de abril de 2017. Ela começou a ser transmitida na madrugada, por volta de uma da manhã. São 14min e 07seg de duração. O vídeo, como a maioria das transmissões ao vivo, é feito pelo celular, na horizontal. A narrativa em fluxo se inicia com uma concentração pequena de pessoas que gritam “Fora Temer”, logo após a repórter que aparece em vídeo contextualiza o local e o motivo da *live*. O cenário é no pátio do metrô realizando um bloqueio na troca de turno dos trabalhadores metroviários. A repórter conversa com um dos coordenadores da secretaria geral do Sindicato Metroviário de São Paulo, Wagner Fajardo, que explica que a adesão da categoria foi de 100%, nenhum trabalhador adentrou a estação para o início dos turnos. A repórter conversa com Wagner sobre o que a greve geral representa e quais as pautas defendidas. Wagner compara o movimento com o que aconteceu em 1917 e afirma estar otimista. A jornalista conversa também com Ana, uma representante da secretaria de assuntos da situação da mulher do sindicato. Ana afirma ter 28 anos e lembra que essa é a primeira greve geral que sua geração participa. Ela explica o que é um piquete e afirma que nenhum trabalhador metroviário furou a greve até o momento.

Quem manuseia a câmera mostra imagens da concentração enquanto a repórter conversa com um trabalhador da estação que também aderiu à greve. Ela pergunta sobre a adesão das pessoas e ele afirma que o retorno está positivo. A repórter conversa ainda com pessoas que estão no local em apoio, mesmo sem pertencerem à categoria de

metroviários. Ela fala com um professor sobre a importância de participar do momento. Ele afirma que não é uma greve de categorias, e sim uma greve de trabalhadores com o intuito de unificar, visto que todos têm o mesmo propósito, que é o fim dessas reformas. O professor afirma que é uma semana de luto e só se combate o luto com luta. A jornalista volta a conversar com Wagner Fajardo que afirma “a greve começou”.



Figura 1: Repórter utiliza microfone do próprio celular para cobertura

A segunda transmissão ao vivo aconteceu às sete da manhã. O vídeo— o mais longo, com 25min e 05seg— é gravado também pelo celular, dessa vez na vertical. Nessa narrativa as repórteres não aparecem em cena, apenas filmam a Avenida Paulista enquanto caminham por ela e em *off* informam sobre como está o trânsito no local sem o funcionamento do transporte público. Elas afirmam estar no maior centro financeiro do país e mostram uma das estações, próxima às ruas que costumam ter bastante fluxo em dias comuns, sem nenhum tipo de movimentação. Uma das repórteres informa que alguns serviços essenciais não funcionarão em resposta às reformas que o governo pretende aprovar sem o diálogo com a população. A outra repórter relembra que a cobertura dos Jornalistas Livres acontece durante todo o dia através das redes sociais e pede para que os internautas comentem e participem da transmissão, alegando que uma boa cobertura deve prezar pela participação popular.

As jornalistas conversam entre si e uma delas relembra que na véspera da greve a Rede Globo não comentou nada sobre, e questiona que tipo de mídia as concessões públicas estão oferecendo. Um internauta manda uma pergunta sobre como os porteiros e seguranças que trabalharam no turno da noite voltarão para casa, devido à paralisação dos transportes públicos. As jornalistas leem a pergunta ao vivo e seguem rumo à Fiesp

para conversar com um dos porteiros da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Ele afirma que vai ser complicado e pretende pegar a ciclovia até um determinado ponto, na esperança de ter algum tipo de transporte até em casa. As repórteres conversam com ele sobre a greve. O homem afirma ser funcionário terceirizado e demonstra um descontentamento com a situação atual, mas não pode falar muito. Outro internauta pergunta sobre a situação dos aeroportos. A repórter comenta que alguns estão fechados, mas nem todos, e confessa não ter muita informação no momento.

Quando iriam finalizar a transmissão, encontram pelo caminho um representante do Sindicato dos Bancários de SP, conhecido como Índio, e pedem que ele converse com o coletivo. Ele se propõe a responder as perguntas e afirma que inúmeras categorias aderiram à greve. Comenta sobre a situação dos bancários e orienta os trabalhadores a não saírem de casa a não ser que seja para manifestar. Ele ressalta que o dia 28 é uma data para defender os direitos contidos na constituição. A repórter finaliza a *live* dizendo que a coisa mais importante da greve é levar o país inteiro a uma reflexão sobre o que está em curso e o que esperar do futuro. Ela lembra que a cobertura dos Jornalistas Livres continua e há espaço para quem quiser enviar seus registros para a página do coletivo.

45



Figura 2 e 3: Transmissão ao vivo gravada com celular na vertical

A terceira *live* analisada foi realizada no fim da tarde e durou cerca de 11min e 32seg. Nessa narrativa a repórter também não aparece em cena e não há entrevistas. A transmissão é feita de um dos atos que encerram a greve geral, a concentração que acontece no Largo da Batata, em SP. O vídeo começa com imagens de batucada e pessoas gritando palavras de ordem. A repórter abre a cobertura contextualizando o local e afirma estar junto aos movimentos estudantis. Ela conta que as pessoas se concentram ali desde as 14hs e a ideia é caminharem em direção à casa do presidente Michel Temer. A jornalista dá um giro rápido no ato e mostra a quantidade de pessoas presentes. Ela lembra que a manhã inteira foi marcada por manifestações de movimentos sociais, mas conta que para quem está interessado, ainda dá tempo de ir participar. A jornalista caminha por entre a multidão e avisa que a concentração formada na Avenida Paulista está chegando ao local para unificar o ato. Ela filma as pessoas, foca nos cartazes que elas carregam e encerra a transmissão.



Figura 4: Cobertura ao vivo realizada no Largo da Batata

A última transmissão tomada como recorte empírico de análise aconteceu por volta de oito da noite e tem 06min e 46seg. Nesta narrativa também não há a presença do repórter. Ele narra os acontecimentos em *off* enquanto mostra a manifestação de pessoas que saíram do Largo da Batata rumo à casa do presidente Michel Temer. O vídeo também é gravado na vertical e como era noite, a falta de iluminação gera imagens com péssima qualidade. Quase não se vê nada além de borrões. Mas o repórter contextualiza a situação. Ele afirma que é um momento de grande tensão, pois a polícia está no local e os manifestantes foram impedidos de seguir o caminho por um cordão de metal e policiais. Ele lembra que o dia foi de intensa mobilização e retoma a pauta das manifestações, explicando sobre as reformas que o governo pretende aprovar. O vídeo começa a travar, e

o jornalista afirma que o sinal está muito ruim. Ele pede para as pessoas compartilhem informações sobre as manifestações e o vídeo se encerra, por falta de sinal.

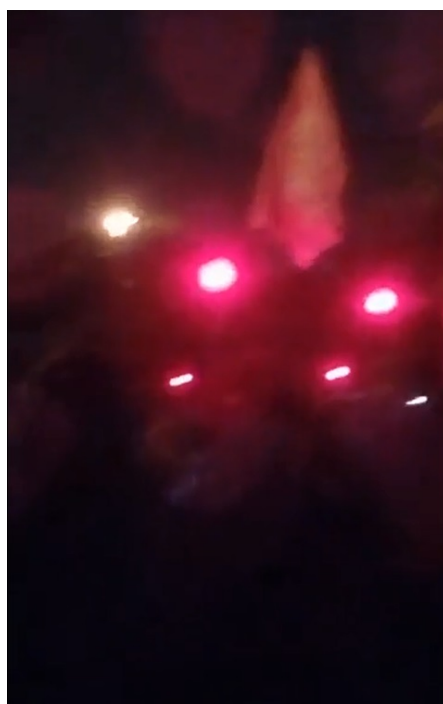


Figura 5: Imagens com qualidade ruim. Vídeo transmitido na vertical.

Após esquadrihar todo este percurso de análise, é possível chegar a conclusões a respeito das promessas estabelecidas e dos eixos de avaliação definidos previamente. A Rede Jornalistas Livres estabelece uma promessa ao se apresentar em seu perfil do Facebook como uma “cobertura colaborativa contra a manipulação política da mídia tradicional; pelas narrativas independentes”. Por se tratar de uma comunicação declaradamente contra-hegemônica, o espectador espera que a produção jornalística defenda um lado, o de minoria em oposição ao grupo detentor do poder – sócio-econômico, político ou cultural. Nas transmissões ao vivo analisadas, é possível identificar a promessa de autenticidade quando o jornalista se insere no local da notícia, no meio das manifestações. Além disso, os elementos que acompanham a narrativa audiovisual, assim como textos das postagens que antecipam o vídeo e *hashtags* utilizadas (#BrasilemGreve#GreveGeral#NãoAReformaPrevidência#QueroApostentar), são responsáveis pela construção de uma promessa de que aquele conteúdo é diferente

daquele veiculado pela mídia hegemônica e com maior identificação com a defesa da democracia e dos movimentos sociais.

O Pluralismo pode ser encontrado no modo como as narrativas alternativas complementam a mídia hegemônica, uma vez que se inserem dentro das manifestações e mostram o que está acontecendo nas ruas. A narrativa dá voz a personagens pouco ouvidos pela mídia tradicional, como líderes sindicais e manifestantes. Entretanto, apenas uma representação política é retratada. Não há a apresentação de um contraponto. A diversidade está presente nas narrativas, apesar de, nas *lives* analisadas, não haver muitas entrevistas, há a preocupação em apresentar uma variedade de fontes. Na primeira transmissão a jornalista conversa com a maioria das pessoas presentes no local. Na segunda, entrevista o porteiro e responde perguntas dos usuários. Apesar desses avanços, persiste a concentração geográfica, com emissões apenas nos centros de poder econômico e político (no caso da análise, São Paulo).

Há um Estímulo à Participação quando as narrativas incentivam a cidadania, no sentido de ressaltar a importância da greve e chamar as pessoas para as manifestações. Além de incluir os internautas nas narrativas ao pedir que enviem comentários, mais informações e até registros dos acontecimentos para as redes sociais do coletivo. Em relação à Narrativa Audiovisual, há uma estética específica das produções do coletivo. Não há a preocupação com um padrão de produção como é evidenciado por uma das maiores empresas de comunicação do Brasil, o “padrão Globo de qualidade”. Uma vez que não há necessariamente um vínculo direto com instâncias de audiência e lucro, há uma maior liberdade nos formatos, conteúdos e modos de distribuição. Os vídeos geralmente são gravados com *smartphones* usados na vertical, característica de narrativas em rede, uma vez que o formato da tela de TV é horizontal. O microfone é de celular e o repórter muitas vezes faz a vez do câmera e narra os acontecimentos em *off*. As transmissões ao vivo não possuem nenhum tipo de cortes ou edição e o tempo é longo se comparado a uma matéria para TV ou um link ao vivo que emissoras de televisão costumam realizar. O tom dos Jornalistas Livres é bem informal. Uma das jornalistas chega a chamar um entrevistado de “camarada”.

Conclusão

Os levantamentos teóricos e as investigações acerca da cobertura audiovisual do Jornalistas Livres no recorte estabelecido permitem poucas conclusões definitivas. Pelo contrário, nos conduzem a novas indagações e à vontade de aprofundar o estudo em busca de contrapor essa cobertura especial ao que poderia se considerar a rotina de informações cotidianas no fazer jornalístico do coletivo. Apesar disto, com o término do trabalho proposto, é possível ponderar algumas considerações, que servirão de ponto de partida para outros estudos.

É possível perceber uma preocupação da Rede Jornalistas Livres em relatar o que não entra nas pautas dos grandes jornais que compõe a mídia hegemônica e em apresentar outros olhares capazes de construir novas visibilidades e perspectivas sobre o movimento grevista. Nesta data, em específico, o coletivo utilizou-se das potencialidades da rede para propor outros formatos e narrativas. Com a possibilidade de transmissão ao vivo, foram capazes de informar diretamente do local sem necessidade de edição ou cortes. Os vídeos eram longos, se comparados ao tempo dedicado a pautas deste tipo em telejornais tradicionais.

Nessa cobertura em especial, houve uma preocupação em incluir fontes e personagens que muitas vezes são invisibilizados pela mídia hegemônica, como líderes sindicais e apoiadores do movimento grevista, caracterizando-se como um movimento de resistência aos discursos que tentam marginalizar grupos socialmente subalternos. O coletivo utiliza a tecnologia de dentro para fora, com o intuito de construir uma voz autônoma e engajada. Percebe-se a preocupação em inserir o público na narrativa quando chamam os usuários a participarem ativamente enviando perguntas, sugestões e informações. Além disso, incentiva à participação popular nas manifestações, convidando quem está assistindo de casa a participar.

As narrativas analisadas se inseriram nos atos, sem mostrar os incômodos que eles trazem à população, como costuma acontecer em coberturas de mídias pautadas em interesses econômicos. Como não havia uma preocupação com audiência, como é característico de mídias comerciais, não havia uma preocupação com qualidade de imagem ou limite de tempo. As *lives* eram todas gravadas com celular, o que permitia o deslocamento fácil do repórter por entre as manifestações.

Entretanto, não há nenhum contraponto à visão defendida pelo coletivo, impregnando os materiais informativos de viés ideológico. Não se discute a reforma de maneira aprofundada, que aparecem nas narrativas apenas como pauta da greve. Talvez

a urgência de se construir narrativas que complementem as coberturas das emissoras tradicionais torne sua atuação falha nesse sentido. Gera a sensação de que as narrativas falam entre si e para si. O que pode acabar fazendo com que o coletivo seja uma mídia que dialogue apenas com um público de nicho, que concorda com seus pontos de vista, e não com uma parcela maior da população.

Todavia, vale a pena pensar se a comunicação contra-hegemônica precisa mesmo se popularizar para ser eficaz. Talvez as produções não devam ter como objetivo uma mera ampliação de visualizações ou audiências e sim preocupar-se em gerar um processo comunicacional mais amplo, transformando a qualidade da informação, oferecendo a grupos sociais e pautas marginalizados visibilidade e espaço de expressão e representação, criando laços e construindo pontes.

Para o exercício pleno do direito à comunicação é primordial espaços para que mídias não hegemônicas possam emergir. Em um país marcado pela concentração de mídia nas mãos de poucas e grandes empresas privadas e considerando ainda a edição da MP 744⁸ que extingue o caráter público da TV Brasil - que deveria servir como um contraponto às TVs comerciais-, a diversidade de falas se faz ainda mais urgente. Devido à carência de modos distintos de narrar, sobretudo no que se refere ao audiovisual, é de extrema importância que contrapontos sejam estabelecidos por meio de outros fluxos informativos que utilizam as possibilidades do ambiente digital para exercer a contra-hegemonia. A partir das narrativas analisadas, é difícil afirmar com certezas, por se tratar de um dia específico, mas é possível perceber que os Jornalistas Livres caminham nesta direção.

Referências

8 A Medida Provisória MPV 744/2016 altera a Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública. Esta medida extingue o Conselho Curador da EBC e o mandato de diretor-presidente da empresa, que passa a ser de livre nomeação pelo presidente da República. O Conselho Curador zelava pelos princípios e pela autonomia da EBC, impedido ingerência indevida do governo e do mercado.

Mais

informações:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2110829>

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2014.

CANUTO, Kleyton Jorge. Internet e mídia independente no movimento do audiovisual paraibano: o uso de dispositivos midiáticos digitais na comunicação e elaboração de estratégias contra hegemônicas. In: **INTERCOM, 2012**. Fortaleza, CE, 2012. Anais eletrônicos... Disponível em: <file:///C:/Users/NTB%20Carol/Downloads/Internet%20e%20m%C3%ADdia%20independente.pdf> Acesso em: 15 abril 2017.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: **INTERCOM, 2016**, São Paulo, USP, 2016.

DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 91-118.

GARAZA, Ana Inés. A construção de uma contra-hegemonia no espaço televisivo. In: **INTERCOM, 2015**, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3290-1.pdf>>. Acesso em: 25 abril 2017.

GUIMARÃES, Lara Linhalis. **UMA INVENÇÃO DE JORNALISMO**: ninjas, xamãs e outras perspectivas. 2016. 177 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

JOST, François. **Seis lições sobre televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARTINS, Bia. Somos todos Mídia. **Autoria em rede [Blog]**, Publicado em 18 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://autoriaemrede.wordpress.com/2013/08/14/somos-todos-midia>> Acesso em: 19 abril de 2017.

MEIRELLES, Allana. **Autonomia relativa e disputa por hegemonia na televisão pública**: a participação dos movimentos sociais na TV Brasil. Dissertação (Mestrado). Juiz de Fora: UFJF, 2016.

MORAES, Denis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. In: **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAES, Denis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. In: **Revista de Economía Política de las Tecnologías de La Información y Comunicación** www.eptic.com.br, vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007

NOVAS MÍDIAS: DAS RUAS À REDE. **Caminhos da Reportagem**. Brasília: TV Brasil, 06 nov 2015. Programa de TV.

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia**: Processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

PERUZO, Cicilia. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: **INTERCOM, 2008**, Natal. Anais eletrônicos... Natal, RN, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf>>. Acesso em: 26 abril 2017.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação e movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 342p.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 287p.

SODRÉ, Muniz. O jogo contra-hegemônico do diverso. In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia**: Processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.